

Declaração oficial da XVIII Conferencia Internacional sobre SIDA

A SER+ saúda, subscreve e divulga a Declaração oficial da XVIII Conferencia Internacional sobre SIDA : Apelo Global para Políticas de Drogas baseadas no conhecimento científico.

Cientistas e líderes de todo o mundo apelam à Reforma das Políticas A criminalização das pessoas que usam drogas sociais e para a saúde extremamente negativas. É necessário uma reforma das políticas de drogas.

Em resposta aos danos sociais e à saúde causados pelas drogas ilegais, um regime de proibição internacional foi desenvolvido sob os auspícios das Nações Unidas. Décadas de pesquisas proporcionam uma avaliação abrangente do impacto mundial da "Guerra às drogas".

Quando milhares de indivíduos se reúnem em Viena para a XVIII Conferência Internacional de SIDA, a comunidade científica pede o reconhecimento dos limites e danos decorrentes da proibição total do uso de drogas, bem como a revisão das orientações, para eliminar barreiras à prevenção, ao tratamento e cuidados da infeção pelo VIH.

A evidência de que o cumprimento da lei tem fracassado no que diz respeito à prevenção da disponibilidade de drogas ilegais em comunidades onde há procura, é agora inequívoca. Durante as últimas décadas, os sistemas nacionais e internacionais de vigilância têm demonstrado que existe um padrão geral de queda nos preços das drogas e um aumento da pureza das mesmas, a despeito dos investimentos maciços no cumprimento da lei.

Além disso, não há evidência de que o aumento do rigor no cumprimento da lei reduza de modo significativo a prevalência do uso de drogas. Os dados também demonstram com clareza que o número de países em que as pessoas injetam drogas ilegais está a aumentar, sendo as mulheres e as crianças cada vez mais afetadas. Fora das áreas onde o VIH se dissemina mais rapidamente, como a Europa de Leste e a Ásia Central, a prevalência do VIH chega a atingir 70% dos utilizadores de droga injetada e, em determinadas áreas, mais de 80% de todos os casos de VIH encontram-se neste grupo.

No contexto da evidência avassaladora de que o cumprimento da lei não tem alcançado os seus objetivos, é necessário reconhecer e analisar os danos que causam. Os danos incluem, entre outros:

- Epidemia de VIH fomentada pela criminalização das pessoas que usam drogas ilícitas e pelas proibições de disponibilização de material de injeção seguro e de tratamentos de substituição opiácea.

- Explosão da transmissão de VIH entre utilizadores de drogas presos e institucionalizados, como consequência de leis e normas punitivas, assim como a falta de serviços de prevenção da transmissão do VIH nestes ambientes.
- Erosão dos sistemas de saúde pública, quando o cumprimento da lei afasta os utilizadores de drogas dos serviços de prevenção e cuidado e os "empurra" para ambientes onde o risco de transmissão de doenças infecciosas (ex.: VIH, hepatites C e B e tuberculose) assim como outros danos é redobrado.
- Crise nos sistemas de justiça criminal como consequência das altíssimas taxas de encarceramento numa série de países. Isto tem afetado negativamente o normal funcionamento social de comunidades inteiras.
- Enquanto as disparidades étnicas nas taxas de encarceramento por crimes relacionados com drogas são evidentes em todo o mundo, o impacto tem sido particularmente grave nos EUA, onde aproximadamente um em cada nove afro-americanos no grupo etário de 20 a 34 anos é encarcerado todos os dias, sendo o cumprimento da lei sobre drogas o principal motivo.
- Estigma em relação às pessoas que usam drogas ilícitas, o que reforça a popularidade política da criminalização dos utilizadores de drogas e enfraquece a prevenção do VIH, assim como de outras iniciativas de promoção da saúde.
- Violações graves dos direitos humanos, incluindo tortura, trabalho forçado, tratamento desumano e degradante, assim como a execução de dependentes de drogas numa série de países.
- Um mercado ilícito de drogas num valor anual de 320 mil milhões de dólares norte-americanos. Estes lucros permanecem totalmente fora do controle dos governos, fomentando o crime, a violência e a corrupção em inúmeras comunidades urbanas e tem destabilizado países inteiros, como a Colômbia, o México e o Afeganistão.
- Milhares de milhões de dólares dos contribuintes gastos anualmente na "Guerra às Drogas" que não só não atingem os objetivos enunciados como, em vez disso, direta ou indiretamente, contribuem para os danos acima enunciados.

Infelizmente, a evidência do fracasso da mera proibição graves consequências negativas destas orientações são frequentemente negadas por aqueles com interesse em manter o seu status quo. Isto tem criado confusão na população e tem custado inúmeras vidas. Os governos e as organizações internacionais têm obrigações éticas e legais de responder a esta crise e devem procurar alternativas apoiadas na evidência que possam efetivamente reduzir o dano causado pelas drogas sem causar mais danos.

Nós, abaixo assinados, pedimos aos governos e organizações internacionais, incluindo as Nações Unidas, que:

- Se comprometam a fazer uma revisão transparente da eficácia das orientações atuais em relação a drogas;

- Implementem e avaliem uma abordagem de saúde pública com base científica para abordar os danos individuais e para as comunidades decorrentes do uso ilícito de drogas.
- Descriminalizem os utilizadores de drogas, aumentem as opções de tratamento para a dependência de drogas apoiadas no conhecimento científico e na evidência, bem como a abolição dos ineficazes centros obrigatórios de tratamento de drogas, que violam a Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Apoiem e aumentem inequivocamente o financiamento para a implementação do conjunto abrangente de intervenções no âmbito do VIH descrito no Guia de Estabelecimento de Objetivos da OMS, da UNODC e ONUSIDA;
- Promovam o envolvimento significativo da comunidade afetada no desenvolvimento, monitorização e implementação de serviços e orientações que afetem as suas vidas.

Além disso, pedimos ao Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki moon que implemente urgentemente medidas para garantir que o sistema das Nações Unidas, incluindo o Conselho de Controle de Narcóticos, se pronuncie apoiando a descriminalização dos utilizadores de drogas e a implementação de abordagens para o controlo de drogas apoiadas no conhecimento científico e evidência.

Basear normas relativas a drogas em evidência científica não eliminará o uso de drogas ou os problemas decorrentes do uso de drogas injetadas, entretanto a reorientação das orientações para abordagens apoiadas na evidência que respeitem, protejam e cumpram com os direitos humanos tem o potencial de reduzir os danos derivados das orientações atuais e permitiriam o redirecionamento dos vastos recursos financeiros para onde são mais necessários: a implementação e avaliação de medidas de intervenção, prevenção, regulamentação, tratamento e redução de danos apoiadas em evidência.